



SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS
E CIDADANIA**

PRESIDENTE: LUNA ZARATTINI

TIPO DA REUNIÃO: Audiência Pública
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo
DATA: 07 de Março de 2026

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens
- Falha na transmissão, transcrição prejudicada

A SRA. PRESIDENTE (KEIT LIMA) - Boa tarde. Declaro abertos os trabalhos da 1ª Audiência Pública Semipresencial da Comissão Extraordinária Permanente em Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania do ano de 2026, solicitada através do Requerimento nº 45/2025, de minha autoria, aprovada por esta comissão, a realizar-se no Auditório Prestes Maia, na data de hoje, 7 de março de 2026, a partir das 14h30, e também por meio do aplicativo *Teams*.

Informo que a audiência está sendo transmitida pelo portal da Câmara Municipal de São Paulo no endereço www.saopaulo.sp.leg.br, link Auditórios Online e pelo canal do YouTube desta Casa e também pela Rede Câmara SP através dos canais 8.3 e 2.4.

A pauta desta audiência pública é o Direito à Moradia no Jardim Herplin – Preservação Ambiental como Aliada ao Direito à Cidade.

Vou aproveitar e chamar as pessoas para me fazerem companhia à Mesa, assim não fico sozinha. Também vou informar quem foi convidado, quem está conosco *on-line*, como a Fabiana Gonçalves Bastos, que é a Secretária-executiva de Mudanças Climáticas.

Foram convidadas: a Secretaria Municipal de Habitação, SEHAB, e a Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente, das quais não tivemos nenhum retorno.

Por outro lado, está presente, representando a Subprefeitura de Parelheiros, Vivian Vieira Rosário, que agradecemos pela presença. E a Fabiana, *on-line*, que já mencionei.

Quero chamar para compor a Mesa os Srs.: Diego Araújo Ferreira Santos e Paulo Cesar de Souza Santanna e a Sra. Rosa Bispo dos Santos, todos moradores do Jardim Herplin; a Dra. Mariana Coelho Prado, representante do Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos; e o Sr. Rodrigo Faria Gonçalves Iacovini, representante do Instituto Pólis. (Pausa)

Primeiro, quero dizer que estou muito feliz por esta audiência estar acontecendo. Acho que uma parte dos que estão presentes conheço pessoalmente. Estou muito feliz de ocupar esse espaço, de estar na Casa, que é a Casa que deveria ser do povo, a qual, cada vez mais, deveria receber a população que faz esta Casa existir.

Fui pessoalmente ao Jardim Herplin e essa audiência acontece exatamente porque me comprometi pessoalmente com vocês. Este é o resultado da nossa conversa e da solicitação

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21649 DATA: 07/03/2026 FL: 2 DE 36

fls. 3

de vocês, portanto, a audiência é de vocês.

Neste momento, abrimos as inscrições e quem quiser falar, peço que se inscreva, vá até aquela mesa e dê seu nome, pois haverá esse lugar também de pronunciamento de vocês, não só as pessoas da Mesa falarão, mas, principalmente vocês.

Estão presentes muitas pessoas, sejam moradores ou membros de organizações, os quais são muito parceiros nessa luta por moradia, porém, nem eu, nem eles, ninguém, nenhum Vereador ou Prefeito sabem melhor da situação do que vocês. Então esta audiência é de vocês para que juntos possamos encontrar soluções. Afinal, estamos falando não apenas de moradia em si, mas sobre o lar de vocês, é sobre esse comprometimento. Precisamos, realmente, cada vez mais, de um Município que se comprometa para que as pessoas trabalhadoras que fazem esta cidade acontecer tenham seu lar garantido.

Peço que se inscrevam para fazer uso da palavra, sem timidez. Assim, poderemos trocar ideias. É uma tarde de troca para que vocês possam dizer a situação em que se encontram. É uma audiência pública e tudo constará nos autos da Câmara para que encontremos soluções juntos.

Passo a palavra ao Diego. O tempo é de 5 a 7 minutos, vou avisando ao final.

O SR. DIEGO ARAÚJO FERREIRA SANTOS - Boa tarde a todos e todas. Está muito fraco esse boa tarde. Vamos lá.

- Manifestação na plateia.

O SR. DIEGO ARAÚJO FERREIRA SANTOS – Esse é o Jardim Herplin, vamos mostrar que estamos em busca do direito à moradia e à dignidade, não é mesmo? Mas primeiramente quero agradecer a presença de cada um de vocês que se dispôs a estar neste lugar. Quero agradecer também à nobre Vereadora, que se propôs e se comprometeu com todos nós para trazer uma solução para o nosso problema. Ela está aí, honrando sua palavra.

E quando falamos do Jardim Herplin tudo é bem complexo, pois é a extensão do quem vem acontecendo dentro da nossa cidade. Não é somente o Jardim Herplin. É em si, mas também em toda a Capital, que vem se expandido cada vez mais. Os bairros vêm se expandindo

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21649 DATA: 07/03/2026 FL: 3 DE 36

fls. 4

e a Prefeitura não está tomando conta, não está fazendo o que deveria.

Acontece que, depois de pronto, depois de já estar feito, depois do que aconteceu, é que eles querem fiscalizar, e oprimindo quem? Nós, trabalhadores, aqueles que estão em busca de construir o seu lar, a sua moradia, que é o que passamos no Jardim Herplin.

Não temos culpa que os responsáveis não tomaram conta e aconteceu o que aconteceu lá dentro. Não tomaram conta dos crimes, lá dentro, contra as nossas florestas. Não temos culpa. Não podemos ser responsabilizados por algo que já existia quando chegamos lá.

E agora vem o Poder Público, através da Secretaria, querendo prejudicar o trabalhador, aquele que sofre todos os dias para poder construir o seu lar. Só que ninguém chega lá para trazer benefícios àquela população, para trazer saneamento básico, que é um direito digno de toda habitação, para nos levar uma energia regularizada. Lembrando que não estamos nos isentando em arcar com os nossos deveres, mas que eles venham cuidar dessa população. Porém, agora, querem prejudicar pessoas que investiram o seu sonho naquela região? Investiram tudo aquilo que economizamos para realizar o nosso sonho da casa própria? Não invadimos nenhum lugar. É uma área particular que compramos e pagamos.

Entretanto, neste momento, somos surpreendidos porque tem um órgão que quer classificar toda a região como área de proteção dos mananciais? Também queremos proteger os mananciais. Estamos igualmente preocupados com isso, mas não é tirando a moradia de todos os moradores que vamos cuidar dessa região.

Precisamos ter a mente e a consciência de que é necessário criar projetos para essa área, os quais venham cuidar dos mananciais e das áreas verdes. Porém, que cuidado é esse de ir chegando lá, agredindo a população, destruindo o material daqueles que trabalham todos os dias, que trabalham na escala 6X1, pois, inclusive, esse governo que está aí, eles são contra a aprovação do fim da escala 6X1, pois eles querem maltratar o trabalhador, e eles querem sempre arrumar um responsável.

Se nós, povo periférico que movimenta essa engrenagem milionária da cidade, formos vender algo no Centro, somos agredidos por Operação Delegada. Nossas mercadorias

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21649 DATA: 07/03/2026 FL: 4 DE 36

fls. 5

são apreendidas. Se estamos na rua, com alguma entrega por moto ou bicicleta, sempre tem *blitz*. O governo é só contra o trabalhador, gosta de tomar as mercadorias do trabalhador. E, agora, ainda querem afetar as nossas moradias, pessoal?

Não temos acesso ao cadastro de aquisição de moradia dentro do Estado de São Paulo. Por quê? Temos direito à moradia digna, mas pergunto: desde quando a Prefeitura abriu inscrições para a aquisição dessas moradias? Em nenhum momento. E a única maneira que encontramos para resolver esta situação foi adquirir nosso próprio terreno, pois é a única condição que possuímos atualmente. Não temos condições de financiar um terreno pela Caixa Econômica Federal ou por qualquer outro banco, com prestações em 700 vezes, intermináveis, para cobrir valores de meio milhão de reais, como ocorre com muitos candidatos presentes.

O Sr. Prefeito Ricardo Nunes possui uma propriedade em área de manancial. Por que não se cobra ele também? (Palmas) Por que apenas nós, a população mais pobre, periférica e negra, temos que sofrer? Se o direito é para um, deve ser para todos. Se há fiscalização de área de manancial no Jardim Herplin, que se fiscalize também onde o Prefeito possui sua casa.

Muito obrigado a todos. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Keit Lima) – Convidamos agora para o seu pronunciamento a Sra. Fabiana Gonçalves Bastos, engenheira florestal, e representante da Secretaria Executiva de Mudanças Climáticas.

A SRA. FABIANA GONÇALVES BASTOS – Boa tarde pessoal, obrigada pelo convite. O Secretário Nalini não pôde estar presente hoje e, portanto, vim representá-lo. Recebi o ofício da nobre Vereadora há cerca de duas semanas e auxiliei no levantamento de informações junto à Secretaria sobre o Jardim Herplin e as operações em curso.

Para contextualizar, a Operação Integrada de Defesa das Águas é coordenada por meio de um convênio entre o estado e o município. No âmbito municipal, a coordenação cabe à Secretaria Executiva de Mudanças Climáticas e, no âmbito estadual, à Polícia Militar Ambiental. Trata-se de uma composição de diversos órgãos, incluindo as Secretarias Municipais de Habitação e do Verde e do Meio Ambiente, além da Companhia Ambiental do Estado de São

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21649 DATA: 07/03/2026 FL: 5 DE 36

fls. 6

Paulo, CETESB. Contamos também com parceiros externos à administração pública direta, como o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, CREA, que fiscaliza a atuação de engenheiros, o Conselho Regional de Corretores de Imóveis, CRECI, responsável pela fiscalização dos corretores de imóveis, e o próprio Ministério Público.

Há inúmeras ações civis públicas e denúncias da população sobre desmatamentos em áreas de mananciais. De fato, como mencionado pelo morador anteriormente, a área de proteção de mananciais é vasta, abrangendo quatro subprefeituras: Cidade Ademar, Capela do Socorro, Parelheiros e M'Boi Mirim. Por ser uma área de grande extensão, contribuirei especificamente com as questões ambientais, que são meu campo de atuação e estudo.

A Área de Proteção e Recuperação dos Mananciais da Guarapiranga foi instituída por lei estadual em 2006. Há 20 anos, o Poder Público reconheceu a importância estratégica desta região, definindo-a como área de proteção para garantir a segurança da Represa Guarapiranga. Atualmente, o Sistema Guarapiranga abastece cinco milhões de pessoas no município, mas esse sistema tem sido severamente comprometido pelas poluições difusas, pela ocupação clandestina do solo, com grande depósito de resíduos nas represas.

Isso compromete diretamente a captação de água. É importante ressaltar que a área de proteção não se restringe às margens da represa, pois engloba todo um território que comporta nascentes e recursos hídricos que alimentam o reservatório.

Não me alongarei, pois considero fundamental priorizar o espaço para perguntas. É a primeira vez que participo de uma audiência pública representando a Prefeitura e coloco-me à disposição para colaborar no que for necessário.

A SRA. PRESIDENTE (Keit Lima) – Obrigada, Sra. Fabiana Gonçalves Bastos. Convidamos agora para o seu pronunciamento a Sra. Vivian Vieira Rosario, da Subprefeitura de Parelheiros.

A SRA. VIVIAN VIEIRA ROSARIO – Boa tarde, nobre Vereadora Keit Lima. Agradeço o convite. Represento aqui a Subprefeitura de Parelheiros, na qualidade de Assessora de Gabinete, e estamos à disposição para oferecer todo o apoio necessário.

A SRA. PRESIDENTE (Keit Lima) – Convidamos agora para o seu pronunciamento a moradora Sra. Rosa Bispo dos Santos.

A SRA. ROSA BISPO DOS SANTOS – Boa tarde a todos. Represento aqui as inúmeras famílias que vivem atualmente no loteamento. Residem ali mais de 200 pessoas, crianças, idosos e trabalhadores, que compartilham um sonho. Adquirimos nossos lotes e hoje enfrentamos muitas dificuldades.

Cito, por exemplo, a precariedade do saneamento básico e do abastecimento de água. Já passamos 15 dias sem água. Imaginem uma família impossibilitada de cozinhar ou de realizar sua higiene pessoal por duas semanas. Esta é a nossa realidade mensal. Há também o problema da energia elétrica: a rede é precária, postes se incendeiam constantemente e ficamos dias desassistidos.

As ruas não são pavimentadas, o que faz com que os trabalhadores precisem utilizar dois calçados, pois o barro toma conta de tudo quando chove. Carros são quebrados. Queremos deixar claro que nossa intenção não é destruir, mas sim colaborar e preservar o meio ambiente. Entretanto, também queremos o direito de realizar nossos sonhos. Trabalhamos e lutamos para comprar esses lotes: eu, assim como muitos aqui, ainda pago minhas prestações rigorosamente todos os meses, com a esperança de construir minha casa própria.

Não queremos degradar a área; vamos ajudar a preservá-la. Para nós, aquele local já é um condomínio: o Condomínio Jardim Herplin. É nosso sonho vê-lo arborizado, onde nossos filhos possam crescer e onde possamos ter um lar e viver em paz. É isso o que pedimos.

A SRA. PRESIDENTE (Keit Lima) – Obrigada, Sra. Rosa. É importante lembrarmos que estamos tratando de um direito que já deveria estar garantido a todos os cidadãos. Convidamos agora para o seu pronunciamento o morador Sr. Paulo Cesar de Souza Santanna.

O SR. PAULO CESAR DE SOUZA SANTANNA – Boa tarde a todos. Queria agradecer a oportunidade e parabenizar os membros da mesa. Aproveito para prestar uma homenagem, em nome da nobre Vereadora Keit Lima e das demais mulheres presentes, ao Dia Internacional da Mulher, que será comemorado amanhã. Meus parabéns a todas as senhoras.

Contarei brevemente minha história. Meu nome é Paulo Santanna e, quando tive a oportunidade de adquirir um lote nesse condomínio, senti a plena realização do sonho da casa própria. Durante minha infância, acompanhei a luta de meus pais, que viviam sob o temor de perder o emprego e não conseguir quitar as prestações do imóvel, financiadas inicialmente pelo Banco Nacional da Habitação, BNH, e, posteriormente, pelo Banco Comind. Em certos momentos, meus pais nos deixavam sem mistura, mas o pagamento da prestação era sagrado.

Ao crescer, decidi que iria adquirir um lote para construir conforme minhas possibilidades: quando houvesse recursos, a obra avançaria; quando estivesse com pouco, pararia a construção. Meu objetivo era não herdar o medo que meus pais sentiram durante metade de suas vidas. Iniciei minha busca e encontrei inúmeros anúncios e panfletos em postes, oferecendo terrenos com entradas facilitadas. Porém, ao pesquisar, percebia que eram lotes em locais irregulares, sem proprietário definido, em áreas de vegetação densa de eucaliptos e sem qualquer registro na Prefeitura.

Foi quando conheci o empreendimento Jardim Herplin. Era uma área com dono, legalizada na Prefeitura, com planta apresentada e lotes bem desenhados. Decidi que ali começaria meu sonho: uma área verde com loteamento registrado na Prefeitura.

Pesquisei e ouvi promessas de que a regularização de energia, água e saneamento básico ocorreria no futuro. Decidi, então, adquirir um lote com minhas economias. Dei uma boa entrada e parelei o restante, que pago até hoje – o pagamento da prestação é sagrado, assim como faziam meu pai e minha mãe tempos atrás.

Infelizmente, pessoal, fui surpreendido. Todos nós fomos surpreendidos com as visitas da Polícia Ambiental e da GCM. Homens da Prefeitura adentrando nosso empreendimento e destruindo os materiais de construção: nossos blocos, nossa areia, nosso cimento. Foi um choque para mim.

Aquele pesadelo lá de trás, dos meus pais, de mais de 40 anos, voltou com força. O meu sonho estava sendo destruído, e eu não entendia onde eu estava errado, se havia sido enganado. Chorei muito. E não porque a área é irregular. Chorei porque meu sonho estava sendo

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21649 DATA: 07/03/2026 FL: 8 DE 36

fls. 9

destruído e eu nem sabia o porquê. E o pior: o sonho de todos aqui também está sendo destruído. E está sendo por falta de clareza, por uma informação talvez mentirosa para mim e para todos os donos dos lotes que hoje se encontram aqui e compraram igual a mim.

Então, o que eu venho pedir à Subprefeitura e a Prefeitura é a regularização da área. Peço também que a Prefeitura invista em obras de infraestrutura, consolidando a moradia das famílias, em vez de desalojá-las, pois temos mais de 200 famílias já morando lá. E para onde irão todos com seus sonhos? Para onde?

O artigo 6º da Constituição Federal nos garante água potável e esgoto como direitos essenciais, juntamente com a moradia e a saúde. Foco habitacional, pessoal. O reconhecimento da moradia, resultando na melhoria das condições de vida – e não na destruição dos nossos bens.

O artigo 22 da Constituição Federal trata da responsabilidade dos órgãos públicos na prestação de serviços adequados e eficientes.

Vou dar um exemplo para vocês. Acredito que é possível. No bairro chamado Pinheirinho, em São Bernardo do Campo, as moradias ficam à beira da represa Billings. Porém, a Prefeitura, junto com a população do bairro, regularizou toda a infraestrutura em 2019, com o prefeito à época, Orlando Morando, e entregou o sonho dos moradores, com suas escrituras e com o saneamento básico todo regularizado, além da estação de tratamento de esgoto construída. Vejam como ficou para a história.

É isso que nós humildemente pedimos. Estamos dispostos a regularizar, reflorestar, fazer plantio de árvores e até, se possível, criarmos uma estação de tratamento de esgoto. Sabemos respeitar o meio ambiente e queremos conviver com ele.

Agradeço todos que vieram por um ideal comum: que, no futuro, essa área nossa se torne um exemplo. Pode ser um exemplo para São Paulo, para o Brasil e para o mundo.

Agradeço também à Vereadora Keit Lima e à sua assessoria por terem aberto as portas de seu gabinete e possibilitado esta audiência pública, que está nos fazendo ouvir.

Agradeço ainda a todo mundo aqui que deixou seus afazeres – o que não é fácil –, e

à Subprefeitura também de Parelheiros. Em especial, pessoal, meu agradecimento vai para o SECLIMA, que é a Secretaria Executiva de Mudanças Climáticas, que tem duas funções características na sua estrutura: o engajamento, promovendo parcerias com a sociedade civil, empresas privadas e órgãos nacionais e internacionais para desenvolver projetos sustentáveis; e também ações práticas, iniciativas como plantio de árvores, compostagens e limpeza de áreas de mananciais.

É isso que nosso loteamento poderá mostrar para todo mundo: ser um empreendimento sustentável.

Muito obrigado, pessoal. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Keit Lima) – Obrigada, Paulo.

Informo que, após a fala da próxima oradora, as inscrições estarão encerradas. Portanto, quem ainda não se inscreveu, aproveite esse período para fazê-lo.

Informo também que está sendo passada uma lista de presença, e é muito importante que todos assinem.

Tem a palavra a Sra. Mariana Coelho.

A SRA. MARIANA COELHO PRADO – Boa tarde a todas as pessoas presentes. Eu sou a Mariana Coelho Prado, uma das advogadas populares do Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos.

Primeiramente, agradeço o convite da Vereadora Keit Lima e de toda a sua assessoria. Saúdo todos os presentes. A audiência está muito bonita e muito lotada. É superimportante que espaços como este sejam ocupados e estejam cheios como estão hoje.

Queria saudar também todas as pessoas à mesa. Muito prazer. Vou contextualizar um pouco a atuação do Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos neste debate, que é uma falsa separação, um falso limite entre o direito à moradia e o direito ao meio ambiente.

O Centro Gaspar Garcia é uma entidade fundada para a defesa do direito à moradia. Foi criado em 1980 por um religioso muito importante, ligado à luta da Teologia da Libertação e das ligas camponesas. A entidade atua na defesa de direitos em alguns programas, muito além

da moradia. Atua com população em situação de rua, trabalhadores ambulantes e informais, e também na defesa de defensores de direitos humanos.

Um dos programas, sobre o qual eu vou falar hoje principalmente, é o Moradia Digna. Por meio dele, comunidades e ocupações, ligadas ou não a movimentos populares, e também a sociedade civil, buscam a entidade para uma defesa jurídica.

Nesse programa, a atuação acontece em mais de 160 ocupações. Eu até pedi para a equipe da Vereadora compartilhar um mapa com os locais de atuação, que ocorre em São Paulo inteira, em todas as regiões da cidade, nas extremidades e também no Centro.

- Oradora aponta para imagem em tela de projeção.

A SRA. MARIANA COELHO PRADO – Só que chegamos a um limite nesse programa, diante desses 160 territórios. Entendemos que, nessa situação complexa de conflitos fundiários, alguns agravantes começaram a aparecer em processos motivados pela questão do risco – ambiental, geológico e tecnológico.

Por isso, tivemos que pensar em soluções criativas para esse debate. Criamos, junto com outros apoiadores, um projeto chamado Centro de Referência em Conflitos Fundiários em Situações de Emergência Climática, que tem como um dos coordenadores o meu colega e amigo o Fernando Botton, que está presente e que também atua no Centro Gaspar Garcia.

Entendemos que o direito, sozinho, não dá conta de resolver essas situações ou de debater esses casos. Nesse projeto, temos uma equipe multidisciplinar, com arquitetos, educadores populares, assistentes sociais e engenheiros, para pensar como lidar com essa questão do risco, que muitas vezes aparece como um suposto argumento para favorecer a remoção dessas pessoas.

A entidade defende a permanência dessas pessoas nos territórios. Muitos desses locais estão nesse limbo entre o direito à moradia e a preservação do meio ambiente. Mas já conseguimos observar que as pessoas que vivem nesses territórios, na maioria das vezes – como já foi mencionado – atuam na preservação dessas áreas.

Depois que passam a morar nesses locais, por cuidarem de onde vivem, a

preservação muitas vezes até aumenta. Também pensam em soluções alternativas para lidar com essa realidade, justamente porque entendem que o risco é frequentemente utilizado como argumento para retirada. As pessoas estão nesses territórios nunca por opção, mas lidam com esse contexto e criam estratégias e soluções para conviver com ele.

Temos alguns exemplos de territórios, como Jardim Shangrilá e Nova Conquista, que estão em áreas de preservação ambiental ou áreas de mananciais. E pensamos, juntamente com esse projeto e com o programa Moradia Digna, como lidar com essas situações.

Isso envolve encaminhamentos extrajudiciais. Foi mencionada a questão do saneamento e da energia. Atuamos com encaminhamentos por ofícios, pedidos via Lei de Acesso à Informação, diálogo com a Prefeitura, solicitações de reuniões e ações de comunicação. Também atuamos em assembleias com os moradores, pensando coletivamente estratégias.

Existem dados que mostram que 40% da população periférica vive em áreas de risco – nunca por escolha. Por isso, precisamos pensar coletivamente, a partir do diálogo com o Poder Público, a sociedade civil e as universidades, o que fazer diante dessa realidade.

Uma das estratégias do Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos é pensar, por meio dessa equipe multidisciplinar, quais caminhos seguir. Escolhemos 16 casos, dentre os 160 territórios, para atuar em profundidade: com formação, comunicação popular e valorização do que esses moradores já fazem, apesar de todas as complexidades.

Quero agradecer e dizer que, infelizmente, esse argumento do risco, muitas vezes, cria uma falsa contradição entre o direito à moradia e o direito à preservação ambiental. É possível lidar com esse conflito e pensar, a partir dele, soluções. Uma das estratégias é defender a regularização fundiária, com urbanização e investimentos em infraestrutura.

A gente está aqui à disposição. Queria agradecer. A Gaspar Garcia está aqui para trocas e eventuais respostas. Muito obrigada. (Palmas)

O SR. DIEGO ARAÚJO FERREIRA SANTOS - Vereadora, eu vou pedir só uma licencinha para atrapalhar a audiência. Fiquem tímidos não, pessoal. Esta não é a Casa do Povo?

É a Casa do Povo, entenderam? Vocês precisam se inscrever para poder falar dos abusos que acontecem na nossa região. Fiquem à vontade, pessoal, se inscrevam. Isso vai ficar armazenado para nós mesmos. Fiquem à vontade pessoal, a audiência é nossa. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Keit Lima) - É isso, gente. Não tem ninguém aqui que sabe mais do que vocês, que são especialistas sobre o que está acontecendo no Jardim Herplin. Então, esta audiência é para falar sobre isso. E mais do que qualquer pessoa, são vocês que têm que falar. Então, inscrevam-se, porque a audiência pública é de vocês.

Passo a palavra ao Rodrigo, do Instituto Pólis.

O SR. RODRIGO FARIA GONÇALVES IACOVINI – Boa tarde a todos, todas e todes. Quero agradecer à Keit pelo convite e parabenizá-la pela iniciativa de uma audiência pública feita na Casa do Povo, com o povo. Está muito bonito de ver, e reforço: por favor, inscrevam-se, porque o que a gente precisa é que as Secretarias que foram convocadas para esta audiência ouçam o que está acontecendo e se comprometam a solucionar os problemas que vocês estão vivendo.

Aproveito para agradecer algumas das Secretarias que estão presentes, como a Secretaria Executiva do Clima e a Subprefeitura de Parelheiros, mas é uma pena que a gente não tenha, presente, a Secretaria de Habitação nem a Secretaria do Verde e Meio Ambiente, porque essas são responsáveis por equacionar esse falso dilema – como disse a Mariana - entre moradia e meio ambiente. Elas deveriam estar presentes. E as que estão presentes *on-line*, eu gostaria que estivessem participando presencialmente, porque a gente faz política com o corpo também, não é? Estarmos presentes é parte da nossa política. Acho que seria importante que as Secretarias cumprissem o papel delas de prestar contas para o Legislativo e para a população que as elegeu. Infelizmente, essas Secretarias não estão presentes hoje, mas deveriam estar para ouvir.

Vou fazer uma pergunta para vocês, que vai parecer estranha em um primeiro momento, mas depois eu conto por que fiz essa pergunta. E se alguém chegasse para vocês e pedisse que vocês escolhessem entre parar de dormir para o resto da vida ou parar de comer

para o resto da vida? Quem pararia de dormir para o resto da vida levante o braço. (Pausa) Levantem o braço, gente, sem medo. Ali está uma galera que pararia de dormir. E, agora, quem pararia de comer levante o braço. (Pausa) Tem gente aqui que pararia de comer, que prefere dormir a comer.

Alguém conseguiria sobreviver sem dormir e sem comer? Não. É a mesma ter que escolher entre direito à moradia e meio ambiente. Não dá para a gente escolher entre uma coisa e outra, as duas coisas têm que existir ao mesmo tempo. E do mesmo jeito que a gente, ao longo do dia, consegue dormir e comer, é possível a gente garantir o direito à moradia e o direito ao meio ambiente ao mesmo tempo. Então, dizer que as pessoas têm que sair de algum lugar ou que elas não podem construir porque tem que preservar o meio ambiente, é esquecer que o meio ambiente também é importante como moradia da gente.

Com a crise climática, as pessoas estão sofrendo com altas temperaturas. E para resolver isso, é preciso mais árvores na rua. Existem regiões com bastante árvore, e é importante que as casas sejam também nessas regiões; e pode-se fazer isso de uma maneira que não danifique o meio ambiente. Você pode fazer a partir do momento que você se lembra de que o direito à moradia não é só a casa, não é só o teto. Como disse o companheiro que me antecedeu, o direito à moradia está na nossa Constituição, por isso a Prefeitura de São Paulo tem que garantir o direito à moradia adequada. Temos que lembrar que o direito à moradia não é só o teto, é também ter o direito ao acesso a serviço e infraestrutura de qualidade.

A Rosa nos trouxe as questões sobre luz e água, que a comunidade passa 15 dias sem água e muitos dias sem energia elétrica. A Prefeitura está descumprindo seu papel de garantir o direito à moradia adequada de vocês.

Quando a gente fala, por exemplo, que não tem acesso a saneamento básico e que muitas vezes é isso que faz com que os corpos hídricos, as represas, os rios tenham mais resíduo, isso é culpa do Poder Público, não dos moradores.

A gente precisa responsabilizar quem deve ser responsabilizado. E, aí, não são vocês. A responsabilidade é de haver uma política pública de moradia bem estruturada, porque

enquanto estão dizendo que tem algumas pessoas que não podem morar em algumas regiões por conta de uma questão ambiental, tem mais de 87 mil imóveis vazios aqui na região central de São Paulo que poderiam estar sendo usado para moradia da população, e a Prefeitura está deixando esses imóveis vazios. A especulação imobiliária é a única que está ganhando em cima desses 87 mil imóveis vazios aqui na região central de São Paulo.

Quando a gente fala em garantia do direito à moradia, tem solução para tudo. A gente hoje em dia fala de urbanização de favelas, urbanização de loteamentos, urbanização de comunidades, e há soluções ambientais que tanto preservam o meio ambiente quanto garantem a permanência da população.

Quando a gente fala de regularização fundiária, a gente também está falando de regularização fundiária com essa urbanização. Então é um falso problema esse de as pessoas terem que sair por conta do meio ambiente ou por conta do risco, como a Mariana colocou.

E aí a gente precisa fazer responsabilizar o Poder Público. E eu me refiro à Prefeitura, mas eu poderia estar falando do Governo do Estado e também do Governo Federal, porque todos têm responsabilidade em garantir o direito à moradia adequada para a população.

Então, agradeço o convite e lembro que quando a gente fala de moradia, a palavra de ordem tem que ser despejo zero. Despejo zero é a palavra de ordem, e é inclusive o nome de uma campanha da qual o Instituto Pólis faz parte com outras organizações. Acredito que o Gaspar Garcia também faz parte, e também a União dos Movimentos de Moradia de São Paulo, a ACMP e várias outras organizações que lutam pelo direito à moradia. Estou inclusive com o bottom da campanha porque juntos, juntas e juntas é que a gente consegue transformar a luta em realidade. Como a Rosa falou, querem preservar o meio ambiente, mas mantendo o sonho. E é esta a nossa meta hoje: preservar o meio ambiente mantendo o sonho de uma moradia digna. Obrigado. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Keit Lima) - Maravilha. Vamos para os inscritos. Teve inscrição *on-line*, que não sei se foi feita antes. (Pausa) Chamo a Laura Santos Sousa. (Pausa) Giovanna Ribeiro de Amorim. (Pausa) Alessandra dos Santos Souza. (Pausa) Vitor Hugo

REUNIÃO: 21649 DATA: 07/03/2026 FL: 15 DE 36

Goncalves Vieira. Marcos. (Pausa)

Começo com a Cláudia Fernandes da Silva. Tem a palavra por três minutos. Depois, Diego.

A SRA. CLÁUDIA FERNANDES DA SILVA – Boa tarde, turma. Meu nome é Cláudia, sou moradora do Jardim Herplin. Comprei um lote com um contrato de compra e venda, não foi invasão. Não tenho conhecimento com terreno, esse é meu primeiro lote. Fui enganada num sonho que eu sempre tive, de ter minha casa, construir do zero, que é bem mais fácil - para a gente que é mais pobre – do que comprar uma casa de 400 mil, 500 mil. A gente não tem condição. É mais fácil para a gente comprar fiado. A gente conquista um material de construção comprando fiado e a gente dá um jeito de levantar nossa casa. Aí, chega uma história de que vão derrubar a nossa casa. Como é que fica? Eu não consigo nem dormir mais. Tem gente lá com depressão, com problema psicológico.

Lá não temos o básico que foi oferecido para nós: asfalto, água, luz. Se alguém passar mal lá, não entra ambulância, mas a viatura entra para queimar, quebrar material e oprimir a gente. Todo mundo sai correndo como se fosse ladrão, como se fosse marginal, e não é o caso nosso. Lá a gente não está para destruir nada. A gente chegou, não tinha uma árvore, não tinha nada. Inclusive, eu plantei duas árvores.

Nós estamos aqui dispostos a quê? A reflorestar. Tem aqui um projeto que não entendemos, tem aqui o pessoal da Vereadora, e o que nós queremos? Proteger o meio ambiente, mas não derrubar nossos sonhos, derrubar nossa casa. Imagina. Tu é doido? Ninguém está dormindo mais ali.

Se morrer alguém, ou tiver uma parada, não entra; não tem como, três dias você não sai de lá, só se for de galocha, a gente não sai. Eu sou auxiliar de enfermagem, eu saio com dois tênis, com uma bota, com uma roupa para depois chegar lá fora e vestir outra roupa, infelizmente. E tem vez que não dá para subir com o carro lá, não dá. Começou a chuva, fica todo mundo desesperado lá, mas nós já gastamos ali, todo mundo gastou e nós temos o direito de ter a nossa casa lá, de não chegar o trator rápido, porque é muito fácil para o sistema que tem sua casa nos

lugares bons, nas mansões. Mas nós não temos condições de comprar um terreno.

Nós vimos que não é invadido. Boa, vamos construir, porque obra irregular é São Paulo inteiro. A metade lá do Grajaú, Cidade Dutra, tem muita casa irregular, um monte de gente tem uma casinha, faz um barraco atrás, um puxadinho, então São Paulo inteiro tem obra irregular. Então, o que tem que fazer? Nos ajudar para podermos ajudar também o meio ambiente.

Pode ter certeza de que nós somos muito mais limpos do que bairros que têm coleta de lixo. Se você entrar no nosso condomínio, você não vai ver um lixo lá dentro, porque nós temos a caçamba e todo mundo enfia no carro, leva. Nós temos sacrifício, mas não estamos lá para destruir com nada, nós estamos para somar, não para destruir.

Obrigada. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Keit Lima) – Tem a palavra o Sr. Diego Ferreira.

O SR. DIEGO ARAÚJO FERREIRA SANTOS – Boa tarde, pessoal, tudo bem? É mais um caso, não é? Estamos todos no mesmo barco, como a Claudia falou, o Paulão também; é um sonho de todo mundo, está todo mundo lutando, todo mundo não sabe o que está acontecendo. Graças a Deus tem a senhora que está dando uma assistência, o pessoal seu, a Aline, tem o pessoal novo agora também que está abrindo a nossa mente, que estamos no escuro, não sabemos de nada realmente que está acontecendo.

Quando eu cheguei lá também foi igual a Cláudia falou: não tinha árvore, só tinha um loteamento, tinha o plano lá: Quadra x, Quadra x. Então, não foi uma mentira que só um caiu, nós fomos enganados mesmo. E agora que está todo mundo com sua casinha montada, pagando os terrenos, colocou dinheiro, e não é pouco dinheiro.

Eu tenho filhos, acho que todo mundo aqui tem filhos, todo mundo tem medo do amanhã, ninguém sabe o que pode acontecer, nós ainda conseguimos recorrer a alguma coisa, mas e nossos filhos? Tem vez que eu não mando o meu filho para a escola quando chove, porque não tem como ele chegar à escola. Eu fico com medo de ele cair no meio do caminho ou então não conseguir passar, porque é complicado. Tem uns idosos também que moram lá na

parte de cima, que eu não sei nem como eles fazem em dia de chuva.

Como a Cláudia falou, nós estamos aqui para ajudar a SECLIMA, a Subprefeitura, mas nós também precisamos saber o que está acontecendo, e não ir lá com a polícia para oprimir, para deixar a população mais contra eles, porque é o que acontece.

Eu queria agradecer a Vereadora Keit por tudo que está fazendo por nós, o Diego também, que é um cara dez, a Aline também, que está por trás de tudo. Obrigado a todo mundo. Vamos à luta, que eu gostei. Eu também pensei que não viria nem a metade, mas está todo mundo aqui disposto pelo terreno. Então, não tem ninguém de má intenção, não tem ninguém querendo destruir.

Como a Cláudia falou, lá você pode entrar e ver que não tem lixo. A lixeira é longe, mas não tem lixo igual quando você anda em uma rua normal, que é asfaltada, que tem a população. Lá todo mundo pega o seu, desce com o seu. Se não der, às vezes, paga para alguém levar, que é o que acontece. Então, eu peço ajuda aos órgãos públicos que estão indo atrás de nós para bater lá, fazer as suas operações.

Obrigado. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Keit Lima) – Obrigada, Diego. Tem a palavra o Sr. Fernando.

O SR. FERNANDO BOTTON – Boa tarde, pessoal. Quero agradecer a Vereadora Keit, pela maravilhosa audiência, nesse sábado ensolarado, com todo mundo presente.

Eu queria começar puxando o gancho da fala do Rodrigo, que eu acho que é muito importante. São 87 mil imóveis vazios no Centro de São Paulo.

Eu fui anotando uns números, enquanto vocês falavam em São Paulo. Pela Campanha Despejo Zero, no Estado de São Paulo, são 90 mil famílias ameaçadas de despejo e 4.500 famílias despejadas neste ano. Ou seja, daria para pegar todas essas famílias e colocar nesses imóveis vazios.

Então, não existe déficit habitacional, não existe falta de moradia, o que existe é falta de vontade do Poder Público de designar moradia digna em área central, em área com transporte, com água, com luz, com equipamento público de lazer, porque todo mundo tem direito

a lazer.

A Prefeitura de São Paulo lançou um edital, este ano, de um programa que chama Pode Entrar, que é um edital para moradia habitacional que foi feito para a construção de 8 mil unidades somente. E nós temos visto que o número de famílias que estão sendo despejadas e o número de moradias que eles estão provendo é abaixo do que do que necessitaria.

Falando um pouco do meio ambiente, acho que ninguém vive em área de proteção ambiental porque quer, mas sim porque não tiveram a oportunidade de estar no Centro, sendo cada vez mais expulsos para essas áreas.

Nós costumamos, como representantes do Centro Gaspar Garcia, dizer que isso é uma construção social. Existe uma narrativa de que quem destrói o meio ambiente é a população de baixa renda, trabalhadora. Não é. É quem tem jatinho, é quem tem transatlântico, é quem ganha muito dinheiro, e não a população trabalhadora.

Quero me colocar à disposição e agradecer.

Obrigado. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Keit Lima) – Obrigado, Sr. Fernando.

Tem a palavra o Sr. Jonathan Kaique.

O SR. JONATHAN KAIQUE – Boa tarde, pessoal, sou o Jonathan Kaique, tenho 32 anos, moro em Parelheiros desde 2004. São 22 anos morando na região. Tudo começou com um sonho, com cartaz num poste, eu nem tinha dinheiro, nem sabia como iria fazer, era só um sonho. Conversei com a minha companheira que, na época, era minha namorada, hoje é minha esposa, corre comigo, e entramos em contato para ver as condições.

Nós que somos pobres sempre vamos pela oportunidade, temos que agarrar com unhas e dentes toda oportunidade que aparece para nós e luta todo dia. Atualmente, eu trabalho em empresa, trabalho na rua, sou motoboy, sou Uber, manobrista de domingo a domingo, e é muito difícil você saber que seu sonho pode ser destruído a qualquer momento, entendeu? E saber que os órgãos responsáveis em nos ajudar só estão para tirar.

Nós que somos motoboy sempre temos a preocupação: “Será que meu pneu está

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 20

REUNIÃO: 21649 DATA: 07/03/2026 FL: 19 DE 36

careca?” Aí se tem um comando, você corre, porque você não sabe o que o guarda vai pensar, se ele vai falar: “está careca”, mas não está. Mas vai da interpretação, entendeu?

Então, é muito difícil. Eu acho que o povo, deveria ter segurança e procurar os órgãos públicos, não ter medo. Eu sinto que é mais para repressão do que para ajudar. Você vê uma cartinha da Prefeitura, você tem medo, porque infelizmente nunca é algo bom, é sempre uma multa, algo que está irregular, e tal.

Eu me sinto muito triste porque nós que somos jovens ainda conseguimos correr atrás. Mas e o senhor de idade, que já está aposentado, que já pegou e investiu o dinheiro dele todo da aposentadoria, o dinheiro de uma vida toda trabalhada, como é que ele fica? Isso não é visto, ninguém se preocupa? Vamos tirar do povo que não tem?

O rico está cada vez mais rico, sempre tem tudo a favor, e o pobre nunca tem nada a seu favor. É só sonho, luta, dinheiro contado.

Gostaria de agradecer a todos que se propuseram a ajudar – Keit Lima, Diego, grande feirante do nosso loteamento.

É importante irmos para cima, buscar. Se um perder, todo mundo perde. E espero que vençamos.

Muito obrigado. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Keit Lima) – Aline Gomes.

A SRA. ALINE GOMES – Boa tarde a todos.

Estou aqui para reforçar as falas. E agradeço desde já à Vereadora, que tem nos ajudado bastante.

Creio que todos têm um sonho, estão em busca desse sonho, não é verdade?

O rapaz moreno falou sobre pesquisar a respeito do ambiente, do lugar onde seria comprado, e eu fiz o mesmo. Quando eu comprei, eu fui segura de que iria dar tudo certo e construí. E, de repente, fomos abordados com a pressão da polícia, levando material com caminhões, até material de um vizinho meu, bem idoso, que ficou muito preocupado.

A questão de saneamento básico é o básico que devemos ter.

Simplesmente, em dias de chuva, eu já ajudei vários idosos a descender aquela ladeira, porque não tem como não escorregar. Já vi gestante escorregando, mães com filhos no colo escorregando, eu já escorreguei, filhos de vizinhos já caíram, já quebraram o braço naquele lugar.

Estou com os meus pais idosos em casa. Eu estou com meu pai em recuperação – porque teve dois infartos em casa –, e eu nunca vivi tempos de tanta insegurança de sair para trabalhar e não ter certeza se vou chegar e vai estar tudo bem. Eles falam: “A viatura da Polícia Militar Ambiental está aqui dentro”. E eu fico em pavor no trabalho. Aliás, não consigo mais trabalhar por causa dessa apreensão. E nós não fizemos nada. Não cometamos crime algum.

Quando chegamos àquele lugar já havia acontecido o crime, nós não temos culpa disso. E não vamos aceitar sair de um lugar que compramos, onde trabalhamos, onde nos esforçamos todos os dias para pagar os boletos. Vamos abrir a boca e falar: o direito é nosso.

Nós não invadimos, não roubamos ninguém e não tiramos árvore nenhuma.

Agradeço a todos. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Keit Lima) – Elton Oliveira.

O SR. ELTON OLIVEIRA – Boa tarde, galera. Boa tarde a todos.

O meu nome é Elton.

O que eu quero dizer é que muitos pais e mães de família estão doando o seu tempo de vida numa empresa para adquirir o seu sonho, seja o da casa própria ou o do terreno para construir, e estão se privando de ter as suas particularidades com a sua família, como diversão, alimentação, morando de aluguel em casas insalubres. Lutam por esse sonho, e o sonho está sendo meio que destruído.

É isso. Obrigado. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Keit Lima) – Eu queria compartilhar com vocês alguns dados.

Não é falta de dinheiro. Eu não sei se vocês sabem, mas estamos na cidade mais rica do Brasil e da América Latina. Este ano, 2025, o orçamento teve aumento de 7,4% em

relação a 2024, sendo 2,3% acima da inflamação.

Esse é um tema que muito me toca, porque o grande sonho de toda pessoa pobre é ter a sua casa. Sabemos o preço do tijolo, do cimento; e, se não sabemos, o nosso pai sabe, a nossa mãe sabe. É o sonho de toda pessoa trabalhadora que está na periferia, que está na favela.

E se estamos nesses lugares mais distantes do Centro é porque é o lugar que o nosso dinheiro pode pagar.

Estamos numa cidade rica, e não fazemos uma discussão séria sobre quem tem ou não esse direito à moradia?

Obviamente, queremos o meio ambiente. Estamos na luta para termos cada vez mais árvores. Aliás, acho que foi a Cláudia que disse que plantou duas árvores; e pode plantar mais.

Nós também precisamos ter uma câmara, uma prefeitura, um governo, um presidente que olhe para pessoas pobres. E quando falamos sobre grana, as pessoas, muitas vezes falam: "Ah, é que não tem dinheiro. É por isso que não regulariza". E uma mentira muito bem contada várias vezes quase soa como verdade. É por isso que eu queria trazer alguns dados para vocês.

Em 2025, em relação a 2024, houve diminuição de quase 30% nas políticas habitacionais, o que significa 1,5 bilhões de reais. Falamos de número como este. Além disso, diminuição de 69% em regularização fundiária.

Eu trago esses dados porque a solução para o Jardim Herplin é pensarmos juntos sobre essa regularização fundiária. Isso não é um problema só dos moradores, e, sim, um problema de todo mundo, de todas as pessoas que constroem esta cidade, e que têm o direito a ela. Isso é um problema do Legislativo. Isso é um problema do Executivo. Isso é um problema nosso. Esta é a nossa cidade. Esses são os nossos problemas e as nossas soluções. E esta audiência é para pensar exatamente essas soluções.

Eu queria muito agradecer ao SECLIMA por estar conosco. E queria muito ouvi-los um pouquinho, porque nós solicitamos diversas vezes uma reunião com vocês, e não tivemos resposta. E quem é vereador, secretário ou prefeito não pode ter medo de conversar com a

população. Nós precisamos dialogar para encontrar essas soluções. E eu queria muito verificar com o SECLIMA se conseguimos marcar essa reunião.

O Paulo falou sobre o SECLIMA. Mas eu queria falar uma coisa do SECLIMA porque é a secretaria que está atuando na OIDA – Operação Integrada em Defesa das Águas –, que é responsável, muitas vezes, pela fiscalização de loteamento; e impede, inclusive, que a população tenha água, luz e saneamento. Então, se é esta a secretaria, é com ela que temos que dialogar.

E o que a maioria está falando é exatamente isso: não é aceitável que pessoas que constroem esta cidade fiquem 15 dias sem água ou sem luz, ou, às vezes, sem os dois. Precisamos dialogar sobre isso.

As periferias, as pessoas trabalhadoras, periféricas e faveladas não existem só em ano eleitoral, existem para ter os seus direitos garantidos. Uma cidade justa deve ser boa para todo mundo. E todos terem o direito a esta cidade deveria ser um compromisso geral. O direito que chega na Paulista tem que chegar no Jardim Herplin. Deveria. E, se isso não acontece, é um problema de todo mundo.

Então queria muito poder ouvir o SECLIMA sobre se conseguimos marcar uma reunião com os moradores, nem que seja com uma delegação, para que possamos discutir como fazer em relação ao direito de ter água, luz e moradia digna, e encontrarmos soluções juntos. É isso que se propõe quando construímos uma cidade que é minha, que é de vocês, que é de todo mundo.

Então, para mim, fica essa pergunta para a SECLIMA.

Eu também queria muito dizer para vocês que o nosso mandato já fez quatro ofícios, está solicitando e tentando encontrar soluções. Às vezes, a gente faz reuniões com delegações menores, com maiores, do Jardim Herplin e está sempre dialogando para tentar encontrar soluções. Obviamente, que é quase um desrespeito a gente chamar Secretarias que sequer vêm, nem que seja *on-line*, como a Secretaria de Habitação, que deveria estar nesta Casa ouvindo a população.

Esses dias, eu estava lá no Jardim Ema, no prédio que pegou fogo e que também,

está completamente abandonado. E, para mim, em situações como essa, sempre lembro de uma frase do Prefeito Ricardo Nunes, quando foi eleito, que disse que a favela venceu. E que favela, que favelados, que periféricos venceram, a não ser ele mesmo?

Então, que a gente possa ir construindo juntos, e vocês podem, sabem disso, contar com o nosso mandato, podem vir a esta Casa, porque ela é de vocês, podem vir a hora que quiserem. O nosso mandato está lá no 5º andar, na sala 515, e sempre estará de portas abertas para cada um de vocês, para que a gente possa se encontrar.

E, como eu falei lá no Jardim Herplin, para quem estava lá, eu sou uma mulher favelada, por isso falo de uma forma favelada mesmo; o que eu posso fazer, eu falo; o que eu não posso fazer, eu não faço; para que a gente possa ter esse lugar, para não deixar subentendido, porque tem muita gente que fala assim: “conta comigo”, mas não consegue marcar uma reunião. E a gente precisa marcar uma reunião para que minimamente possa falar sobre o direito básico, que é ter um lar com água, com luz e quais são as soluções para isso.

Eu não sei se a Mesa tem alguma pergunta para a Secretaria, para a Subprefeitura, mas, na verdade, a minha não é uma pergunta, é uma solicitação. Gostaria muito do comprometimento de a gente tentar marcar uma reunião. Eu posso me comprometer, a assessoria do mandato, eu mesma posso ligar, mas que a gente possa marcar. Eu acho que não faz sentido algum a Secretaria não ter uma reunião com o nosso mandato e com os moradores, mas a gente precisa minimamente que responda. Eu gostaria muito de solicitar uma reunião com os moradores, pessoalmente, para que a gente possa juntos encontrar soluções referente, principalmente, à água e à luz.

O SR. DIEGO ARAÚJO FERREIRA SANTOS – Aproveitando a oportunidade, Vereadora, peço até licença, eu também tenho uma pergunta para a SECLIMA. Fabiana, a SECLIMA cuida da proteção das águas para poder abastecer as represas, não é? Mas ela embargou uma obra da Sabesp, dentro do loteamento, não deixando que executasse e trouxesse o saneamento para esses moradores.

Eu gostaria de saber se é possível que essa obra tenha a conclusão dentro do

REUNIÃO: 21649 DATA: 07/03/2026 FL: 24 DE 36

loteamento, e assim concluindo essa obra, que venha a preservar também o que vocês estão tentando preservar dentro do loteamento.

A SRA. PRESIDENTE (Keit Lima) – Se você quiser já responder, até ia pedir, se quiser também fazer a sua fala final seria ótimo.

A SRA. FABIANA GONÇALVES BASTOS – Está certo. Primeiro, vou responder sobre a reunião. Eu não tenho acesso, obviamente, à agenda do Secretário, do Coordenador da OIDA, mas vou deixar um *e-mail* institucional, que todo mundo da equipe da OIDA recebe. Estou deixando no *chat*, é: oidaseclima@prefeitura.sp.gov.br. Esse *e-mail* é público, ele está no *site* da SECLIMA também, e eu acho que pode ser um canal de comunicação direta para dúvidas eventuais que os moradores tenham.

Eu estou vendo que tem muita desinformação sobre essa questão do Jardim Herplin. É uma questão bastante complexa, porque ela não pode ser vista de um único modo. Nós temos no Jardim Herplin diferentes habitações. Estamos falando de pessoas que estão lá há mais de 30 anos. Essas pessoas não são, de forma alguma, objeto de atuação da OIDA. Nós estamos falando de loteamentos mais recentes, em que houve crimes muito grandes, em escala muito grande. E teve muitos relatos que me preocuparam, de pessoas dizendo que foram enganadas, pessoas que, às vezes, ainda estão pagando por esses lotes e pagando para quem, se essa área nem tem uma matrícula, uma escritura reconhecida pela Prefeitura? Quem é que está recebendo, para que essas pessoas morem em um lugar? Quem é que prometeu algo que não cumpriu?

Então, eu queria colocar que apesar da SECLIMA, em si, não ser um órgão de fiscalização diretamente, não ser um órgão de investigação ou que vá julgar essa questão, nós fazemos o contato com esses órgãos. A SECLIMA atua dentro da OIDA, que atua justamente nesses loteamentos em que há crimes grandes acontecendo, crimes recorrentes.

E já seguindo para a próxima resposta, sobre o porquê que a OIDA, não só da SECLIMA, entende que levar esgoto para algumas áreas pode ser arriscado para a questão da expansão do loteamento clandestino. Vemos no Jardim Herplin, inclusive, desmatamentos que

se seguiram após o desmatamento do loteamento que estamos discutindo. Após o desmatamento que ocorreu, as pessoas foram comprando e iniciando as construções, durante a pandemia, a partir de 2020, mais ou menos, e logo depois acho que os loteadores conseguiram arrecadar talvez muito dinheiro e já foram para uma área vizinha, porque viram que dava certo.

Primeiro, a Prefeitura não pode autorizar a regularização em algumas áreas porque elas seguem algumas legislações. É claro que aqui eu não vou falar de regularização porque não tenho competência para isso e nem a SECLIMA tem. Não sei se dá para entender muito bem, mas o entendimento do grupo é de que se a Prefeitura ou o Poder Público legitima essas ocupações, elas tendem a se repetir da mesma forma como já estão acontecendo.

É um pouquinho por aí a resposta, não sei se eu fui bastante clara, mas tiver alguma dúvida, pode repetir que eu tento responder melhor.

A SRA. PRESIDENTE (Keit Lima) – Maravilha.

A SRA. FABIANA GONÇALVES BASTOS – E por fim, somente queria agradecer o debate. Achei que foi feito de forma bastante respeitosa, todo mundo conseguiu colocar bastante as dúvidas, mas eu acho que, sim, a OIDA precisa estar cada vez mais próxima da população, porque eu vejo que tem muita desinformação, muitas questões sendo interpretadas de forma perigosa até. E para os próprios moradores, ou para as pessoas que ainda não construíram, poderem tomar suas decisões, para saber se vale a pena arriscar certas coisas, é preciso que os moradores tenham a informação em mãos e, muitas vezes, essas informações, que os moradores não têm em mãos, são públicas, estão disponíveis.

Eu me coloco à disposição para mostrar onde estão essas informações e no que eu puder ajudar também. Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Keit Lima) – Fabiana, obviamente, que a gente já tem esse *e-mail*, já solicitou por ofício uma reunião, já ligou. O que eu gostaria minimamente é um comprometimento da SECLIMA de a gente marcar essa reunião.

Acho que você sabe que o *e-mail* não é respondido. A gente já tem o *e-mail*, já mandou mensagem por ele, já ligou mil vezes para a SECLIMA, inclusive já mandou ofício que

sequer foi respondido.

Por isso, o que eu gostaria com esta audiência, além de agradecer a sua participação, é um comprometimento para a gente marcar essa reunião, a partir de você mesma, que está participando e representando a SECLIMA. É um comprometimento com os moradores, com o nosso mandato, e aí a gente entra em contato para marcar a melhor data, tanto para o SECLIMA, quanto para o mandato, quanto para os moradores. Agora, não dá para mandar esse *e-mail*, porque simplesmente ele não é, não foi respondido, então fica elas por elas. Porque, como você bem colocou, uma aproximação junto com os moradores, inclusive para dar informação correta, é importantíssima. Isso não vai acontecer se o SECLIMA não marcar uma reunião com a gente, aí vai ficar um desejo que nunca é alcançado. A minha pergunta e a minha solicitação é: a gente tem minimamente o comprometimento de fazer essa aproximação, que seja através de você, que está representando o SECLIMA aqui, e não por um *e-mail* que está na internet? Porque a gente já mandou uns dez...

A SRA. FABIANA BASTOS – Eu só não entendi se a reunião seria comigo ou com o Secretário ou com coordenador da OIDA, porque, assim, eu não tenho poder de deliberação, eu sou uma técnica, assim como as outras lá da SECLIMA. Se for uma reunião comigo, eu estou disposta, agora, eu não consigo garantir que eu vou conseguir uma reunião com o Secretário ou com a coordenação da OIDA. Obviamente, eu vou levar essa demanda para eles, mas eu não sei se eu consigo isso, entende? Eu não tenho esse poder ou o acesso a essa agenda.

A SRA. PRESIDENTE (Keit Lima) - Não, maravilha, eu super entendo, mas eu acho que, pelo menos, a gente pode tentar fazer isso, acho que eu tento por aqui, você tenta por aí, e a gente minimamente conversa, porque por e-mail, realmente, ele nunca é respondido, pelo menos nunca foi para o nosso mandato.

A SRA. FABIANA BASTOS – Bom, só uma só uma correção, um ofício que chegou da Vereadora, ele, inclusive, eu mesma respondi, pessoalmente, porque quando o ofício chega, nem sempre ele vem para a equipe técnica. Mas eu me recordo bastante de ter respondido um ofício da senhora. Eu espero que ele tenha chegado até você, claro, porque os despachos

passam por outras pessoas, mas eu me recordo de ter respondido sim.

A SRA. PRESIDENTE (Keit Lima) - Acho que são duas coisas, Fabiana, você respondeu um pedido de informação, que a gente realmente solicitou, mas tem um ofício que a gente solicita uma reunião, que não foi respondido até hoje.

A SRA. FABIANA BASTOS – Entendi, esse da reunião não deve ter ido para a equipe técnica, obviamente. Mas eu vou, sim, levar a demanda para o Secretário, para o coordenador da OIDA.

O SR. DIEGO ARAÚJO DOS SANTOS – Fabiana, peço até desculpas, mas eu acho que você está um pouco equivocada. O terreno do Jardim Herplin, ele existe sim, tem uma matrícula, a matrícula consta na Prefeitura, até mesmo no 11º Cartório de Imóveis. Se você quiser, eu até te passo a matrícula, eu estou com ela em mãos.

Outro ponto importante também, Fabiana, reforçando o que a Vereadora está dizendo, eu também solicitei uma reunião com SECLIMA, através desse *e-mail*, que você encaminhou e nos informou que esse *e-mail* é público, mas não tivemos retorno. Eu encaminhei o *e-mail* em 12 de fevereiro, e até hoje não obtive retorno. Nós precisamos de um compromisso da SECLIMA para que venhamos nos sentar junto com os moradores, que hoje lá residem, e dialogar sobre a situação real do loteamento. Como você mesma cita, vocês estão muito mal informados. Então, nós temos o órgão que tem informações concretas, que é a própria SECLIMA, porém se nega a reunir com os moradores para dialogar sobre o assunto.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Keit Lima) - Antes de passar para Fabiana, tem a palavra Rodrigo.

O SR. RODRIGO FARIA GONÇALVES IACOVINI - Obrigado, Keit. Eu acho que é muito importante o que Keit trouxe, o que o companheiro agora trouxe. E a gente entende as limitações, eu acho, de Fabiana, enquanto técnica, mas é isso, numa audiência pública deveria estar o Secretário para responder por isso, e fazer agendamento da reunião. E aí, Fabiana, queria só colocar um componente a mais, porque o Secretário, atualmente, anda fazendo

reuniões bilaterais com pessoas que compuseram o grupo técnico de revisão do Plano Clima de São Paulo. Então, se ele tem tempo para fazer reuniões bilaterais, para falar de livros, para falar de outras coisas, ele deveria ter tempo também para receber a população. E eu acho que, assim, fica um recado de que se fizeram um processo participativo ruim para revisão do Plano Clima, e agora estão tentando reverter esse processo trazendo um por um desse grupo para conversas bilaterais, significa que o Secretário também tem tempo para receber os moradores.

Então, eu acho, sim, que você tem condições de promover esse agendamento.

(Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Keit Lima) - Fabiana, quer falar alguma coisa?

A SRA. FABIANA BASTOS – Bom, sobre o agendamento, acho que já está claro que eu vou fazer a minha parte, vou levar o que foi discutido e solicitar essa reunião. Sobre a agenda do Secretário, realmente eu não consigo detalhar muita coisa, não tenho acesso. Sobre a matrícula, eu acho que pode ser, sim, interessante compartilhar com SECLIMA. Aqui quando eu disse sobre a questão desse cadastro não estar na Prefeitura, eu estou falando do acesso que a gente tem pelo GeoSampa...

- Falha na gravação.

A SRA. FABIANA BASTOS – Isso significa que a Prefeitura, nesse caso, não tem conhecimento da titularidade do imóvel. Em geral, quando é uma quadra rural, só quem tem conhecimento, às vezes, é um cartório ou o próprio Incra, que é um órgão federal. Então, essa é uma dificuldade muito grande da OIDA, porque é uma questão de regularização fundiária e muitas vezes, obviamente, os loteadores se aproveitam dessa ausência de informações para tirar proveito e especular em cima dessa área, vendendo lotes para as pessoas que, às vezes, também não têm acesso a essa informação. Um simples contrato de compra e venda não garante que o lote está no seu nome, é necessário ter uma matrícula e uma escritura registrada em cartório. Mas, sim, claro, se vocês tiverem essa documentação, acho que a OIDA deve ter muito interesse nisso, não só dentro da SECLIMA, mas principalmente outros órgãos que atuam na OIDA devem ter muito interesse nessa matrícula, sim.

A SRA. PRESIDENTE (Keit Lima) – Maravilha, obrigada, Fabiana, pela presença na audiência.

Vou pedir à assessoria que entre em contato, e a gente marcar essa reunião o mais rápido possível.

Agora a gente vai às falas finais. Vivian Vieira, acho que a gente está com um diálogo um pouco mais próximo da Subprefeitura de Parelheiros, também sou próxima do Vereador que é da Subprefeitura. Mas a gente tem interesse também de marcar uma conversa para a gente pensar junto. Acho que faz muito sentido quando marcar junto com SECLIMA, a Subprefeitura participar.

Mas pode fazer suas palavras finais, Vivian Vieira. Depois, eu vou passando para cá.

A SRA. VIVIAN VIEIRA ROSARIO – Oi. Anotei tudo, e vai ser passado para o Subprefeito de Parelheiros, para o Sr. Marco. Estamos com as portas abertas para vocês, com diálogo aberto também, e tudo vai ser passado para ele. E a gente, marcando a reunião, estaremos juntos com vocês.

Obrigada à Vereadora Keit pelo convite, e estamos à disposição.

Boa tarde.

A SRA. PRESIDENTE (Keit Lima) – Maravilha, Vivian, obrigada pela presença. Eu vou começar agora de trás para frente, vou começar com o Rodrigo.

O SR. RODRIGO FARIA GONÇALVES IACOVINI - Bom, mais uma vez, quero agradecer a possibilidade de contribuir com a luta de vocês pelo direito à moradia. Podem contar também com o Instituto Pólis, com a Campanha Despejo Zero também, para a qualificação dessa coletividade que reivindica o direito à moradia.

Eu queria só trazer alguns pontos que acho importante destacar. A Subprefeitura tem participado, pelo que eu entendi, tem acompanhado, mas pelo visto têm coisas que podem ser melhoradas, porque tem a responsabilidade da Subprefeitura articular, por exemplo, que tenha água na casa de vocês, que tenha luz na casa de vocês, é responsabilidade da Subprefeitura articular as várias políticas intersetoriais. Então, agradeço a Vivian, que esteve aqui com a gente,

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 31

REUNIÃO: 21649 DATA: 07/03/2026 FL: 30 DE 36

lembrar que a Subprefeitura também tem um lugar importante na melhoria das condições de vida de vocês. Por isso que é importante sempre ter subsecretários e subprefeitos aqui também, com a gente, na audiência pública.

E aí uma última coisa, para finalizar, lembrar que regularização fundiária é importante porque a gente tendo o papel da casa, a gente pode ficar em paz. Alguém falou aqui que não estava tendo paz, e isso é o mais importante, é a gente ter paz.

E junto com essa paz no morar, é também morar num lugar com qualidade, não é?

Então, não reivindicuem só a regularização fundiária, reivindicuem também a urbanização, reivindicuem também, como vocês estão fazendo, o saneamento básico, o recapeamento das vias, a energia elétrica.

Não sei se vocês sabem, mas mais da metade das famílias brasileiras de baixa renda, hoje, gastam mais de 50% do salário pagando conta de energia elétrica e conta de gás. Isso é um custo altíssimo, e eu aposto que está pesando no bolso de vários de vocês, não é?

Então, a gente tem que reivindicar, por exemplo, que o Poder Público instale ou dê suporte financeiro para a instalação de energia solar, que aí barateia a nossa conta de luz. E isso é uma coisa que, nós da Pólis, temos trabalhado com coletivos solares.

Então, pensem que a regularização fundiária é um primeiro passo, mas vocês merecem e tem direito a muito mais para uma moradia digna.

Boa tarde.

A SRA. PRESIDENTE (Keit Lima) – Obrigada, Rodrigo. O Instituto Pólis é um grande parceiro nosso, que está aí também na construção de políticas públicas e na luta para que pessoas periféricas tenham direitos nessa cidade e no Brasil.

Mariana Coelho?

A SRA. MARIANA COELHO PRADO – Bom, eu queria novamente agradecer a oportunidade de estar aqui nesta audiência, ouvir vocês.

Quero parabenizar esse espaço e lembrar de algumas falas. Os moradores já estão cumprindo o papel deles, já estão preservando o território, já estão pensando em alternativas para mitigar esses riscos. E eu acho que a nossa função é que cada um faça o seu papel.

Aqui como Gaspar Garcia, a gente pode trocar ideias e metodologias de trabalho, mas é preciso lembrar que o estado, como muitos falaram aqui, tem sido presente nesse território a partir da violência e a partir da negação de direitos. Então, o estado, como a Vereadora falou, não está cumprindo o seu papel.

Aqui é uma forma da gente pressionar, reivindicar e fazer com que esses diálogos sejam possíveis. Os direitos são desrespeitados porque os diálogos são desrespeitados. Então, existe um passo a passo que não está sendo cumprido aqui. Então, que cada um consiga fazer sua parte.

O Centro Gaspar Garcia fica à disposição, mas eu queria parabenizar e dizer que o fundamental é que vocês fiquem unidos para, a partir desse diálogo e construção coletiva, pensar em diversos caminhos.

Foi falado aqui que é um cenário complexo, mas o Gaspar Garcia lida com 160 ou mais cenários complexos. É possível e cada vez mais necessário pensar em caminhos criativos inovadores para lidar com isso. É complexo porque a gente vive num cenário de desigualdade, em que os direitos são desrespeitados. Então, lidando com isso, a gente tem que pensar coletivamente em alternativas.

Muito obrigada e coloco Gaspar Garcia à disposição de vocês.

A SRA. PRESIDENTE (Keit Lima) – Obrigada, Mariana. O Centro Gaspar Garcia também é um grande parceiraço nosso. Foi um grande parceiro na Favela do Moinho. Tenho muito carinho pelo Centro.

Paulo?

O SR. PAULO CESAR DE SOUZA SANTANNA– Eu queria só dizer que me sinto contente em saber que nós temos a Vereadora do nosso lado e agora conhecemos também o

REUNIÃO: 21649 DATA: 07/03/2026 FL: 32 DE 36

Instituto Pólis e o Centro Gaspar Garcia. Ou seja, estamos unindo nossas mãos para chegar numa vitória, se Deus quiser.

Fiquei surpreso com a fala da Sra. Fabiana falando que o imóvel não tinha matrícula. Acho importante que essa reunião seja marcada mesmo, porque eu estou, inclusive, com o meu contrato em mãos e tenho o número de matrícula, só que registrado pelo cartório. Como ela disse, às vezes as informações não se comunicam. E também tenho o número do Incra, da área. Então, assim, fiquei surpreso quando ela disse que nem tinha número de matrícula, porque, como eu disse no início da minha fala, foi pesquisado, então temos tudo. Acredito que o meu contrato é igual ao de todos vocês. Então, nós temos e realmente precisamos conversar com a OIDA e com a SECLIMA, justamente porque nós estamos com tudo em ordem.

Só queria agradecer a força que todo mundo teve. Tivemos que vir de ônibus, outros em condição própria, mas nos unimos.

Obrigado, Vereadora. Obrigado a todos.

A SRA. PRESIDENTE (Keit Lima) – Obrigada, Paulo.

Rosa Bispo?

A SRA. ROSA BISPO DOS SANTOS – Eu quero agradecer a presença de todos que estiveram aqui hoje, moradores, representante das instituições e todos que se dispuseram a ouvir e a dialogar.

A presença de cada pessoa mostra que essa causa é importante e que o Jardim Herplin não está sozinho.

Também queremos deixar claro que a nossa luta não termina aqui.

Essa audiência é apenas mais um passo na caminhada em defesa do direito à moradia digna, ao acesso à água e à luz e das condições básicas para que as famílias possam viver com respeito.

Então, nós vamos seguir unidos, dialogando, buscando soluções com responsabilidade e também respeitando o meio ambiente.

Eu agradeço a todos. Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Keit Lima) – Obrigada, Rosa.

Agora Diego Araújo.

O SR. DIEGO ARAÚJO FERREIRA SANTOS – Bom, agradeço a participação de cada um de vocês.

Como a nossa companheira Dona Rosa falou, a nossa luta não termina aqui, ela começa aqui.

Agradeço também a participação e a disponibilidade de parceria com o Instituto Gaspar Garcia. Já conheço o trabalho deles, é um trabalho incrível. Ao Instituto Pólis também. Coloco-me à disposição.

Espero que a nossa reunião junto ao SECLIMA e Subprefeitura de Parelheiros venha a acontecer, que eles venham nos dar um retorno. Porque, até o momento, o que estamos sabendo é que eles querem remover as nossas casas do terreno do Jardim Herplin. Agora, a uma solução, que é bom, ninguém chega.

Lembrando também que a especulação imobiliária está crescendo gigantescamente dentro do nosso estado de São Paulo, dentro da cidade de São Paulo. A gente não pode deixar isso aí de fora.

Eles pegam a gente, tiram a gente da nossa casa, ao invés de cumprir aquilo que diz a Constituição de fornecer uma moradia digna, isso não acontece. Eles te dão um auxílio aluguel de 400 reais, dá para fazer o que com isso? Não dá para fazer nada, nem um aluguel dá para pagar.

E sem contar que eles enfiam você em um financiamento de 25, 35 anos para você pagar. E não é isso que nós queremos, certo? Nós compramos a área, nós construímos as nossas casas, nós queremos a regularização fundiária para que a gente venha a permanecer naquele local e colaborando para a gente poder cuidar do meio ambiente.

Muito obrigado a todos.

A SRA. PRESIDENTE (Keit Lima) – Gente, eu quero agradecer demais a presença de cada um de vocês. Sei o quanto que é difícil pegar um...

Fabiana, você quer falar alguma coisa?

A SRA. FABIANA GONÇALVES BASTOS – Eu não queria ir embora sem falar isso.

Acho que das questões importantes que eu falei que precisavam ser melhores conversadas em razão das desinformações, acho que é muito importante que eu fale isso agora até para tranquilizar os moradores.

Acho que a coisa mais grave que foi dita que eu acho que não está muito alinhado com o que a gente vê é a questão das desapropriações. Acho que os moradores realmente estão muito preocupados e eu queria tranquilizar um pouco as pessoas que já estão morando na área.

É claro que eu não consigo garantir que vocês vão permanecer para sempre lá, que vai dar tudo certo. Eu não consigo garantir isso, porque não compete a SECLIMA somente, obviamente.

Mas eu quero tranquilizar porque a OIDA, no sentido de medida autoexecutória – ou seja, o que a OIDA consegue fazer sozinha sem ter um juiz por trás para decidir –, não pode tirar ninguém de sua casa e destruir a sua casa. Acho que isso é muito importante para tranquilizar os moradores, porque a OIDA não vai chegar numa casa que está habitada, que já está concluída, que os moradores já estão lá dentro. Ela não vai tirar você de lá e vai destruir. Ela não pode fazer isso. Quando isso acontece é porque tem muitas questões judiciais antes, muitas investigações que culminam para isso, está bem? Mas isso não está sendo observado agora neste loteamento específico, está certo? Não posso garantir que não vai acontecer, mas eu queria assegurar vocês para vocês terem mais calma nesse sentido.

Agora, para as construções novas, se você tem um lote lá, comprou e está pensando em construir, eu também não consigo recomendar que você continue, porque a OIDA pode e deve atuar nessas áreas. O órgão público é obrigado a fiscalizar essas áreas e impedir que novas construções aconteçam.

Então, acho que é só essa última mensagem que era importante deixar mais claro, para que não haja muita confusão nesse sentido. Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Keit Lima) – Maravilha. Mas eu acho que quando não

garantimos água, luz também é uma forma de tirar. Aqui, Fabiana, eles estão desfazendo algumas construções. Não tiraram, mas estão desfazendo. Isso também é tirar a moradia, porque sabemos o quanto que é o preço de um tijolo, principalmente, e ele sabe o preço de cada tijolo. Desfazer também é tirar uma moradia e não podemos colocar, como diz na minha terra, colocar o sol pela peneira, que não dá certo. Mas é por isso que precisamos dessa reunião para tentar encontrar soluções reais, comprometimento. É por isso que essa reunião é tão importante, junto com a Subprefeitura, obviamente.

Gente, eu quero agradecer demais a todos que vieram aqui. Todos que saíram de suas casas para estarem nesta Casa para discutir. Não sei se todos sabem, mas fizemos um PL, está protocolado, para mudar o zoneamento da região para permitir a casa de vocês. Está tramitando na Casa. Essa foi uma das maneiras que estamos tentando encontrar algumas soluções para garantir a casa, o lar de vocês. Porque, como foi dito, repetido e dito novamente, preservar o meio ambiente é um compromisso de todos, mas isso também não pode ser desculpa para tirar a moradia das pessoas periféricas. Porque do mesmo jeito, eu acho - foi você quem falou sobre o Ricardo Nunes também está no manancial - então o que serve para lá, serve para cá, ou deveria. E se não acontece, vamos lutar para que isso continue acontecendo. Temos uma cidade que cada vez mais vai afastando o povo trabalhador, preto, mulheres e até quando a gente consegue a nossa casinha, eles querem pegar, expulsar e dar um auxílio aluguel que não paga nada em lugar nenhum.

Então isso tem nome, isso é racismo ambiental que não foi dito aqui, mas eu quero pontuar na minha última fala, dizer que essas desculpas de tirar a moradia sem diálogo. Porque quem tem medo de dialogar com o povo, é quem deve. Quem não tem resposta, quem não tem solução. O Jardim Herplin está em um lugar em que as pessoas, as Secretarias não querem conversar, querem apenas expulsar. Essa não é a cidade que construímos e não vamos aceitar isso de braços cruzados. Estamos na luta.

Contem comigo, contem com o meu mandato. Seguimos nessa luta e o mandato existe, exatamente, para com as pessoas periféricas e faveladas. O primeiro direito, a porta de

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 37

REUNIÃO: 21649 DATA: 07/03/2026 FL: 36 DE 36

entrada de todo direito, é a moradia digna. Que nesta cidade que é rica, garanta a moradia as pessoas periféricas e favelada da outra ponte e não apenas de uma ponte. Que a ponte de lá também tenha esse direito garantido.

Vamos continuar nos comunicando sobre os próximos passos, sobre essas reuniões. Daí vamos falando como vamos caminhando, chamando os nossos parceiros, quando couber, mas principalmente conversando com o Executivo, que é quem deve garantir essa moradia digna. Essa moradia com água, luz, sem desfazer o que vocês compram com muito suor. É essa moradia. Não podemos fingir que está tudo bem quando não está tudo bem.

Eu agradeço a participação de todos. Nada mais havendo a tratar. Declaro encerrados os nossos trabalhos.